



## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 18/10/2024

Responsável técnico: João Lopes Alves de Almeida; Diretor Superintendente: Rubens Xavier Martins; Responsável pela movimentação financeira: Wesley de Almeida Franco; Representante do Conselho Deliberativo: Silvana Ferreira Caetano.

Às 09 horas e 30 minutos do dia 18 de outubro de 2024, atendendo à convocação, reuniram-se no Instituto os membros do Comitê que assinam abaixo. Dando início aos trabalhos, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, após, o sr. João, diretor financeiro, procedeu à leitura da ordem do dia:

**1) Cenários, carteira de investimentos do Instituto e despesas.** O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura da Ata da reunião anterior e, posteriormente, do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional tomando como base, no caso, o encerramento de setembro e informando perspectivas para os períodos seguintes, de acordo com o relatório Focus, opinião de especialistas e de outros órgãos de mercado. Conclui com recomendações para as carteiras de RPPS's, as quais, seguem com a recomendação de compra direta de títulos do tesouro, NTN-B's, como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial para redução da volatilidade global da carteira pela marcação na curva e carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual precisa ser respaldado por estudo ALM. Como sempre mencionado nas atas anteriores, o Ipred, até o momento, não tem margem de solvência para esse tipo de investimento, bem como, para produtos com carência, conforme estudo ALM, anteriormente contratado. Diante disto, se faz necessário manter os recursos em investimentos com alta liquidez, não havendo parcela para alocações com carências longas ou carregamento de títulos até o vencimento.

O Ibovespa encerrou o mês em 3,08%, somando -1,77% no Ano. Já as previsões para os principais índices do mercado doméstico, segundo o Boletim Focus de 11/10/24, estão no quadro abaixo:

Mediana - Agregado	2024							2025						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,35	4,38	4,39	▲ (2)	146	4,45	58	3,95	3,97	3,96	▼ (1)	145	3,94	58
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,96	3,00	3,01	▲ (1)	112	3,07	36	1,90	1,93	1,93	== (1)	111	1,97	36
Câmbio (R\$/US\$)	5,40	5,40	5,40	== (4)	122	5,40	44	5,35	5,39	5,40	▲ (2)	121	5,37	44
Selic (% a.a)	11,25	11,75	11,75	== (2)	142	11,75	50	10,50	10,75	11,00	▲ (1)	139	10,75	49
IGP-M (variação %)	3,70	3,98	4,01	▲ (6)	77	4,19	30	4,00	3,96	3,97	▲ (1)	74	3,93	30
IPCA Administrados (variação %)	4,78	4,79	4,88	▲ (3)	100	5,18	26	3,80	3,80	3,80	== (4)	98	3,80	26
Conta corrente (US\$ bilhões)	-38,50	-42,00	-42,00	== (1)	30	-39,00	7	-43,50	-44,50	-44,50	== (1)	28	-44,00	6
Balança comercial (US\$ bilhões)	82,87	80,05	80,00	▼ (2)	28	80,05	6	77,65	76,19	76,06	▼ (1)	24	76,00	5
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,75	70,50	70,50	== (2)	28	75,25	6	73,56	73,00	73,00	== (3)	27	78,30	6
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,50	63,50	63,50	== (4)	29	63,75	10	66,10	66,50	66,50	== (3)	29	66,50	10
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,60	-0,60	== (6)	44	-0,60	11	-0,75	-0,73	-0,73	== (2)	43	-0,50	11
Resultado nominal (% do PIB)	-7,55	-7,76	-7,78	▼ (1)	28	-7,63	6	-7,20	-7,30	-7,30	== (2)	27	-7,12	6

A carteira do IPRED encerrou o mês de setembro com um total de R\$ 56.091.035,52 de PL, sendo R\$ 54.985.348,85 pertencente à reserva previdenciária e R\$ 1.105.686,67 à reserva administrativa. A rentabilidade da carteira foi de R\$ 20.723.63, que equivale aproximadamente a 0,03%, contra uma meta de 0,86%. A meta no ano está em 6,95%, já a carteira do Instituto está com 7,80%.

A disposição dos recursos da carteira quanto aos segmentos do mercado é a seguinte:

- Renda Fixa (Art. 7º): 74,05%, totalizando R\$ 41.534.024,77;
- Renda Variável (Art. 8º): 23,98%, totalizando R\$ 13.453.143,50;
- Imobiliários (Art. 11): 1,97%; totalizando R\$ 1.103.867,25.

Quanto ao investimento existente no fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO, conforme mencionado na reunião passada, hoje ocorreu via on-line reunião com representantes da gestora do fundo, qual foi questionada acerca da performance do fundo, bem como, da intenção para o futuro do fundo tendo em vista que seus resultados atuais têm ficado bem abaixo de seu benchmark, o Ibovespa, que marca no ano -1,77%, enquanto o fundo marca cerca de -8%. O representante justificou que diversos fatores inesperados impactaram o fundo, como a taxaço do governo, liquidez alta dos papéis e o risco relativo, ano de eleição, e que fizeram uma leitura incorreta do cenário sendo mais conservadores. Disse, todavia, que o fundo está saudável, que apresenta risco baixo. O fundo está mais posicionado no setor elétrico, cerca de 30 a 35%, e com posições menores no setor energético, dólar, commodities. Disse que as perspectivas para o cenário são de recuperação e que estão fazendo a “lição de casa” para ajustar o produto. O Comitê, por sua vez, mantém a decisão de aguardar uma posição favorável, assim que possível, para realizar o resgate do fundo e utilizá-lo para pagamento de benefícios. Contudo a necessidade de recursos para com as obrigações da folha poderá impor a liquidação desse investimento antes que atinja tal posição que não realize variação negativa. O financeiro está acompanhando o produto a fim de verificar essas condições.

Em relação ao fundo imobiliário da BRASIL PLURAL, sobre o qual foi mencionado nas reuniões anteriores acerca do seu resgate, foi marcada uma reunião com representantes da Plural para o dia 13/11.

O Comitê mantém este esclarecimento quanto à questão da descapitalização dos investimentos do Instituto que vem ocorrendo mensalmente em razão das obrigações da folha de benefícios que, atualmente, está em mais 23,5 milhões de reais ao mês. As receitas auferidas de repasses de contribuições estão em quantidades inferiores aos gastos, incorrendo em redução do PL da carteira. O efeito disto é que, além da necessidade de desfazimento de posições de curto e longo prazo que poderiam render por mais tempo, também pode ocasionar o desenquadramento legal de certos investimentos, os quais exigem limite máximo em determinados percentuais, sendo que ao se reduzir o PL, os percentuais alocados ultrapassam os limites determinados tanto pela Resolução 4.963/21, quanto pela Política de

Investimentos do Instituto. Assim, o RPPS fica obrigado a resgatar todo ou parte do recurso a fim de trazer o percentual alocado para dentro do limite legal. Essas ações, tanto para reenquadramento quanto para pagamento de despesas, podem ocasionar movimentações desfavoráveis quando a variação do investimento está negativa (VPD), ou seja, quando na ocasião do resgate o retorno do investimento está negativo em relação à aplicação inicial.

Por fim, para o pagamento das demais despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer seguindo a prática de resgatar dos fundos de curtíssimo prazo para fazer frente às obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez.

**2) Dívida PMD:** O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 379.483.518,12. Através do Ofício nº 120/24-S, esse valor foi notificado à PMD para regularização da dívida. Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.

  
\_\_\_\_\_  
Rubens Xavier Martins

  
\_\_\_\_\_  
João Lopes A. de Almeida

  
\_\_\_\_\_  
Wesley De Almeida Franco

  
\_\_\_\_\_  
Silvana Ferreira Caetano